

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadorias do INSS acima do mínimo têm reajuste previsto de 4,66% para 2026; entenda ..... 2

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Fila de novos pedidos do INSS cresce 10% ao mês desde maio ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A isenção do IR e o "mal menor" ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com volta da China, embarque de frango pode bater recorde ..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Injeção de R\$ 28 bi na economia ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Por que o juro real é tão elevado no Brasil? (Artigo) ..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Em outubro, 30% das famílias atrasaram pagamentos, mostra pesquisa (Editorial) ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"Estímulos como isenção de IR desafiam corte da Selic" ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Receita para não reduzir juros - HENRIQUE MEIRELLES ..... 12

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Desequilíbrio fiscal esvazia Bolsa de Valores (Editorial) ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Economia com Bolsa Família financiará renda mínima ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Aumenta a rotatividade de CEOs no setor de varejo ..... 16

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Compensação - APOSENTADOS ..... 17

# Aposentadorias do INSS acima do mínimo têm reajuste previsto de 4,66% para 2026; entenda

**Júlia Galvão**

O governo prevê um reajuste de 4,66% para aposentadorias e pensões do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) com valor acima do salário mínimo, segundo estimativa usada no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual). O percentual corresponde à **inflação** estimada pelo governo federal para o ano de 2025, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O índice final de correção, que será efetivamente aplicado a esses benefícios, será oficializado em 9 de janeiro, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) vai divulgar o resultado do INPC acumulado no ano.

Já os benefícios iguais ao piso previdenciário terão o mesmo reajuste que será dado ao salário mínimo de 2026, que pode subir dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.631, conforme estimativas do mesmo projeto orçamentário. O valor final do salário mínimo é oficializado por meio de decreto presidencial.

Para o cálculo dos benefícios acima do piso, o PLOA considerou a projeção do INPC da grade de parâmetros macroeconômicos da SPE (Secretaria de Política Econômica) de 4 de julho, afirma o MPO (Ministério do Planejamento e Orçamento). Uma grade atualizada já foi publicada em setembro e manteve a projeção de 4,66% para o índice.

O INPC também é usado como base para reajustar o teto do **INSS**, que é o valor máximo de benefícios da Previdência e também é o maior valor sobre o qual são pagas as contribuições previdenciárias de quem tem salários maiores. A previsão é que o teto do **INSS** suba dos atuais R\$ 8.157,41 para R\$ 8.537,55 em 2026, considerando o reajuste estimado de 4,66%.

Hoje, de acordo com o **INSS**, 12,1 milhões de beneficiários recebem acima do piso nacional. Enquanto outros 28,3 milhões dos aposentados e pensionistas recebem até um salário mínimo.

O calendário de pagamentos do **INSS** para 2026 ainda não foi divulgado. Tradicionalmente, porém, os

segurados que recebem até um salário mínimo passam a ganhar o valor reajustado nos últimos dias úteis de janeiro, enquanto os pagamentos para quem ganha acima do piso costumam começar no primeiro dia útil de fevereiro.

O salário mínimo nacional, que passa por reajustes anuais, está atualmente em R\$ 1.518. O governo estima que em 2026 ele pode subir para R\$ 1.631, segundo dados usados no PLOA, encaminhado ao Congresso Nacional no dia 29 de agosto. O valor representa um aumento de 7,45%. Para essa projeção, foi considerada a estimativa de **inflação** de 4,78%.

O reajuste do piso leva em conta a **inflação** do INPC no período de 12 meses até novembro do ano anterior, somada à variação do **PIB** de dois anos antes, limitada a 2,5%, devido à regra de ajuste fiscal do governo.

Para os anos seguintes, o governo prevê, nas projeções enviadas no PLOA, um salário mínimo de R\$ 1.725 em 2027, R\$ 1.823 em 2028 e R\$ 1.908 em 2029.

Apesar das projeções, os valores exatos vão depender da **inflação** que for efetivamente registrada pelo IBGE e do crescimento do país.

O salário mínimo é o menor valor que o **INSS** pode pagar em aposentadorias, pensões, auxílios-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Seu reajustepressiona os gastos do governo por ser a referência para benefícios previdenciários e sociais, funcionando como baliza para uma série de despesas obrigatórias do Poder Executivo.

Sempre que há reajuste, quem recebe aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte e BPC no valor do piso também passa a ganhar o novo salário mínimo.

**Site:**

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/11/aposentadorias-do-inss-acima-do-minimo-tem-reajuste-previsto-de-466-para-2026-entenda.shtml>

# Fila de novos pedidos do INSS cresce 10% ao mês desde maio

**Cristiane Gercina**

A fila de novos pedidos de aposentadoria, pensão e demais benefícios ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tem crescido em torno de 10% ao mês desde maio, segundo o presidente do órgão, Gilberto Walter Júnior, saltando de 1 milhão, em média, para 1,3 milhão, conforme os últimos dados disponíveis.

A reportagem ele afirma que esse é um dos principais motivos que o levou a pedir verba ao Ministério da **Previdência Social**, à Casa Civil e à Fazenda. Waller terá mais de R\$ 287 milhões, já autorizados pelos órgãos, para manutenção de agências, da Central 135 e para pagar bônus a servidores.

A liberação dos últimos R\$ 63 milhões foi publicada em edição extra na sexta-feira (7), pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O dinheiro servirá para pagar perícias judiciais e para os serviços de limpeza e segurança dos postos do **INSS**.

Os valores, no entanto, não garantem a retomada do PGB (Programa de Gerenciamento de Benefício), que paga bônus a servidores para dar andamento à fila e fazer revisões. A fila do órgão é de 2,6 milhões de segurados à espera de benefícios.

"Na verdade, o **INSS** tem uma demanda muito grande", justifica, afirmando que eram realizadas 14 mil tarefas extras no PGB, número que subiu para 24 mil nos últimos meses.

Waller Júnior afirma que em 2026 devem ser liberados mais R\$ 100 milhões destinados ao PGB e, com isso, diz que o programa será retomado. Ele havia pedido à Previdência mais R\$ 89 bilhões para pagar servidores. Como o dinheiro não foi liberado, suspendeu o PGB no dia 15 de outubro. A Previdência pediu explicações sobre os gastos.

Quanto à fila de pedidos iniciais diz que, historicamente, as novas solicitações se mantinham em 1 milhão ao mês e, desde maio, foram subindo a uma média de 10%, até chegar em 1,3 milhão de solicitações. Ele atribui esse crescimento ao afrouxamento das regras para seguradas autônomas pedirem o salário-maternidade ao **INSS**.

No ano passado, o STF (Supremo Tribunal Federal)

decidiu que elas têm direito ao benefício com as mesmas normas das trabalhadoras com carteira assinada, ou seja, precisam de apenas um pagamento ao **INSS** para serem contempladas com a renda caso fiquem grávidas. Antes, conforme a reforma da Previdência do governo FHC, deviam ter ao menos dez pagamentos. "O salário-maternidade afetou, com muitas demandas atrasadas", diz ele, referindo-se ao fato de que seguradas que tiveram bebês nos últimos cinco anos e não solicitaram o salário-maternidade por causa das regras limitadas podem, agora, fazer esse pedido.

O presidente diz, no entanto, que o tempo médio de espera para receber o benefício desde o pedido inicial até a concessão caiu, chegando a 42 dias. "E o menor da história", afirma. Por lei, o **INSS** deve conceder o benefício em até 45 dias. Depois desse prazo, passa a pagar juros e correção monetária.

Waller Júnior diz que o órgão conta com o auxílio da tecnologia, com IA (Inteligência Artificial) e robotização, conseguindo a concessão em até 48 horas.

## APAGÃO ORÇAMENTÁRIO

A restrição orçamentária do **INSS** veio à tona no dia 15 de outubro, após o presidente do instituto enviar ofício à Previdência informando a suspensão do programa de bônus. Ele havia solicitado, no dia anterior, R\$ 89,1 milhões, que não foram liberados.

Dez dias depois, a Folha teve acesso a email enviado a participantes do programa com relatório do período destacando que o pagamento do serviço extra feito no mês estava limitado a 70% do total devido para contemplar a verba disponível no Orçamento.

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3291#book>

# A isenção do IR e o "mal menor"

A aprovação unânime pelo Senado do projeto de lei que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 5 mil mensais expôs muito mais do que o pavor dos parlamentares de votar contra uma medida

que tem previsão de beneficiar 15 milhões de contribuintes. Confirmou também o desapareço fiscal que grassa nos Poderes. Depois de ser amplamente modificado, com 99 emendas apresentadas, o projeto do Executivo saiu do Congresso com mais beneficiados pela redução de **impostos**, menos cobranças dos mais ricos e nenhuma atualização de cálculo sobre a compensação dos benefícios pelo Ministério da Fazenda.

De quebra, a avaliação por deputados e senadores, concluída quase oito meses depois de enviado o projeto, escancarou a atual conjuntura de disputa política, que envolve não apenas Legislativo e Executivo, mas as duas Casas do próprio Congresso. A belicosidade deu o tom do discurso de apresentação do relatório do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que disse preferir votar o texto como o recebeu da Câmara para não ter que "devolver a vítima de um sequestro ao cativo original, cujo novo resgate seria impagável".

Por fim, restou a sugestão de um projeto autônomo, com o intuito de corrigir as brechas incluídas no texto original, o que todos sabem ser um trato destinado ao esquecimento, que se presta a manter aparente preocupação fiscal em uma matéria que, por si só, constitui um arremedo da discussão maior de **reforma tributária** da renda. A alegação de Calheiros, de que a votação simbólica no Senado buscou "o mal menor", não convence, ainda que as "correções" sejam previstas para o projeto que aumenta a taxaço de bets e fintechs.

Ao sustentar os cálculos do projeto enviado em março pelo Executivo, a Fazenda estimou receita de R\$ 25,2 bilhões com o imposto mínimo de 10% para 141,4 mil contribuintes de alta renda. Havia também a previsão de arrecadação de R\$ 8,9 bilhões com a retenção de IR sobre dividendos remetidos ao exterior. De acordo com o governo, seria suficiente para compensar os R\$ 25,84 bilhões de renúncia fiscal com as isenções e descontos para contribuintes de renda mais baixa.

Na Câmara, depois das inúmeras mudanças, a estimativa de renúncia subiu para R\$ 31,2 bilhões. Medidas arrecadatórias, como a tributação de títulos e rendimentos, foram retiradas ou postergadas e os

descontos no imposto, ampliados. Lira e Calheiros, rivais políticos em Alagoas, comprovaram que projetos em que todos os congressistas podem amparar suas pretensões eleitorais passam pelo crivo parlamentar sem muitas dificuldades.

O aumento da isenção do imposto tende a se transformar na vitrine da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição em 2026 e estará presente também em todas as plataformas de deputados e senadores candidatos a novos mandatos. Todos contam com a vantagem do fator tempo. Afinal, o prazo curto não permitirá que se conheçam os estragos da nova bomba fiscal armada a partir de uma arrecadação da alta renda insuficiente para compensar as benesses com as quais esperam angariar popularidade - e votos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com volta da China, embarque de frango pode bater recorde

**Cleyton Vilarino e Gabriella Weiss De São Paulo RW, de Brasília) (Colaborou**

O restabelecimento das exportações de carne de frango do Brasil para a China após um embargo de quase seis meses deve levar o país a um recorde nos embarques totais este ano, revertendo a previsão inicial de queda no volume exportado, divulgada pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

"Com o retorno das compras chinesas, devemos encerrar 2025 com resultados positivos, ampliando o volume exportado e consolidando o Brasil como o maior protagonista da agroexportação mundial", afirmou em nota o presidente da ABPA, Ricardo Santin.

Em agosto, a previsão da ABPA era de que o Brasil iria registrar queda de até 2% nas exportações de carne de frango em função dos embargos **impostos** por vários países, incluindo a China, após a descoberta de foco de gripe aviária, em granja comercial em Montenegro (RS), em maio passado. A projeção era de que os embarques totais somariam até 5,2 milhões de toneladas, abaixo 5,295 milhões de toneladas do ano passado.

A entidade ainda não tem uma nova estimativa, mas passou a trabalhar com a perspectiva de crescimento dos embarques, o que levará a um recorde, caso ocorra.

"Um país que enfrentou, com responsabilidade e transparência, o primeiro e único caso isolado de influenza aviária de sua história e, mesmo assim, alcançará recordes de produção e exportação no ano do maior desafio sanitário já vivido pelo setor", disse Santin.

O bloqueio chinês à carne de frango brasileira foi imposto em maio após a confirmação do foco na cidade gaúcha. Mesmo depois de o Brasil ter sido reconhecido como livre da doença pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), as restrições chinesas permaneceram em vigor.

O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo, com vendas a 151 países, e a China é o principal destino das exportações brasileiras. Em 2024, o país asiático importou 353,4 mil toneladas do

produto ou US\$ 786,9 milhões. De janeiro a maio, antes do foco de gripe aviária em granja comercial, as exportações ao mercado chinês já somavam 228 mil toneladas, com receita de US\$ 547 milhões.

A China anunciou a suspensão do embargo às importações de produtos avícolas do Brasil na sex

ta-feira (7). Segundo **comunicado** da Administração Geral de Alfândegas chinesa, a decisão foi tomada "com base nos resultados da análise de risco" conduzida pelas autoridades sanitárias da China. Em setembro, uma missão técnica chinesa veio ao Brasil para auditar o sistema de inspeção federal e verificar as medidas de controle sanitário adotadas pelo país.

Apesar da retirada do embargo relacionado à gripe aviária, a China manteve o bloqueio aos oito frigoríficos do Rio Grande do Sul em decorrência do foco da Doença de Newcastle, registrado em julho de 2024, confirmou o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Carlos Goulart.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20251110>

# Injeção de R\$ 28 bi na economia

A reforma do Imposto de Renda aprovada semana passada no Congresso pode gerar um impulso de R\$ 28 bilhões na atividade econômica brasileira a partir de 2026, o equivalente a 0,2 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**). A estimativa é de Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas.

A avaliação do economista é a de que o efeito da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil e os descontos progressivos para rendimentos mensais de até R\$ 7.350 será positivo sobre o consumo e a distribuição de renda, sem comprometer o investimento produtivo das empresas.

"O principal efeito desse projeto é estimular o nível de consumo.

Os contribuintes que vão usufruir dessa renúncia fiscal têm uma renda mais baixa e dependem de mais renda para consumir, ao passo que os contribuintes que vão financiar essa desoneração não devem reduzir tanto o consumo em função do alto nível de renda que eles usufruem", afirma Pires.

Ele também rebateu uma das principais críticas ao projeto: a de que a tributação sobre lucros e dividendos pode afetar o investimento privado.

"É evidente que ao tributarem em algum grau de dividendos o comportamento do acionista da empresa vai mudar, ele pode preferir investir seus recursos de outra forma. Mas quando a gente olha o efeito disso sobre investimento físico, que é a decisão da empresa de ampliar sua capacidade produtiva, eu não conheço nenhum estudo que mostra que a tributação sobre dividendos tem impacto negativo." Já o economista Sérgio Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que a reforma do Imposto de Renda é importante para aprimorar a eficiência e a competitividade da economia brasileira.

"O modelo brasileiro, que isenta dividendos e concentra toda a tributação no lucro da empresa, é um modelo distorcido que gera ineficiência econômica.

Ao concentrarmos a tributação no lucro da empresa, a gente cria espaço para a atuação de lobbies nos diferentes setores para obterem benefícios fiscais que lhes permitam pagar menos imposto do que prevê o modelo padrão", disse.

**Site:**

***<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil>***

# Por que o juro real é tão elevado no Brasil?

## (Artigo)

**Cláudio Adilson Gonçalves**

Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Desde o Plano Real (ju-lho/1994), a **inflação** brasileira esteve relativamente sob controle, embora tenha ficado, quase sempre, acima do centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Já a taxa básica de juro real, medida pela Selic acumulada em cada ano, menos a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mesmo ano, tem se mantido entre as mais altas do mundo.

Para a maioria dos economistas, a razão é o descontrole fiscal e o crescente endividamento público, que neste artigo será mensurado pela relação entre a Dívida Bruta do Governo Geral e o Produto Interno Bruto (DBGG/**PIB**).

É fato que o desajuste fiscal tende a elevar as taxas reais de juros, não só a efetivamente observada, como também a chamada taxa neutra, aquela que faria a **inflação** convergir para a meta e o **PIB** efetivo para o potencial. No entanto, essa relação não é direta e é muito difícil quantificá-la.

Por exemplo, no período 2003-2010, o setor público consolidado gerou superávit primário médio anual de 3,2% do **PIB**. A relação DBGG/**PIB**, no final de 2010, estava em 51,7%, quase 30 pontos percentuais abaixo da atual. Entre 2008 e 2009, o Brasil obteve a classificação de grau de investimento pelas três principais agências classificadoras de risco. Apesar disso, a taxa básica real de juro (Selic), na média do período, foi de 8,5% ao ano.

Outra explicação frequente para juros reais tão elevados é a baixa taxa de poupança da economia brasileira. De fato, há uma relação inversa entre essa variável e o juro real, principalmente nos países emergentes, mas não na magnitude encontrada no caso brasileiro. Em postagem recente no blog do Ibre-FGV, o economista Bráulio Borges mostrou que a taxa básica de juro real no Brasil, no período 2000-2019, foi quase o triplo da observada em economias emergentes com níveis de poupança semelhantes ao

nosso.

Em janeiro de 2005, os economistas Persio Arida, Edmar Bacha e André Lara Resende publicaram um denso estudo intitulado Crédito, juros e incerteza jurisdicional: conjecturas sobre o caso do Brasil. O viés contra o credor, tanto no Judiciário como nos órgãos políticos, foi identificado como uma das principais explicações para os nossos elevados juros reais. Além disso, a não conversibilidade internacional da moeda brasileira, as restrições ao fluxo de capitais com o exterior (hoje menores) e o enorme volume de poupança forçada e do crédito direcionado também foram citados.

As causas dos elevados juros reais, há muito tempo praticados no Brasil, são múltiplas e há necessidade de mais pesquisas e menos ideologia para compreender o problema.

Quanto ao nível atual da Se-lic (insustentáveis 10% real, ao ano), uma das causas, além das citadas, é o fato de a meta de **inflação** de 3% ser excessivamente ousada e irrealista, dadas várias condicionantes da economia brasileira.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em outubro, 30% das famílias atrasaram pagamentos, mostra pesquisa (Editorial)

MÁRCIA DE CHIARA

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que, em outubro, 30,5% das famílias atrasaram o pagamento de dívida e 13,2% declararam que não terão condições de pagar as dívidas pendentes. Em ambos os casos os resultados são recordes.

Ulisses Ruiz de Gamboa, professor de Economia do Insper, diz acreditar que o endividamento elevado das famílias vai pesar na decisão de o que fazer com os recursos extras por conta da isenção de Imposto de Renda. "Acho que a prioridade vai ser acertar as dívidas, ao menos no início."

No entanto, ele pondera que o uso dos recursos para recuperar o crédito pode abrir espaço para ampliar o consumo de itens de maior valor a médio prazo. "A pessoa limpa o nome e volta a ser sujeito de crédito."

Por ora, Gamboa diz acreditar que o consumo de bens não duráveis ligados à renda, como alimentos e medicamentos, serão turbinados no curto prazo.

Para a economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdel-malack, a injeção de recursos da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês não necessariamente será direcionada para quitar dívidas em atraso, apesar de a inadimplência estar elevada.

Ela ressalta que, mesmo com o arrefecimento recente, a **inflação** de alimentos acumulada nos últimos anos é elevada e o comprometimento da renda com os gastos do dia a dia, acrescido do pagamento de dívidas, é alto. "Qualquer folga que essa família tenha poderá ser direcionada para o consumo, muitas vezes de subsistência, pois ela está com o orçamento comprometido."

**ALIMENTOS E BEBIDAS.** O estudo da CNC sobre como as pessoas pretendem usar o dinheiro que sobrar com o novo IR mostra que, do total de R\$ 8,84 bilhões direcionados ao consumo em 2026 fruto da isenção, quase a metade, R\$ 4,17 bilhões (47%), deverá ser capturada por hipermercados e supermercados, que vendem alimentos e bebidas, itens de primeira necessidade.

Na sequência, estão combustíveis e lubrificantes (R\$ 1,67 bilhão), itens de farmácia e cosméticos (R\$ 1,07 bilhão), artigos de uso pessoal e doméstico (R\$ 660 milhões), vestuário e calçados (R\$ 620 milhões) e outros segmentos (R\$ 650 milhões).

Karla Cristina Pena Silva, 35 anos, funcionária pública, recebe menos de R\$ 5 mil mensalmente e será beneficiada pela isenção de Imposto de Renda a partir do ano que vem. Ela calcula que vai ter disponíveis cerca de R\$ 200 a mais por mês em razão da medida.

A mãe de duas meninas, uma de 7 e outra de 9 anos, diz que pretende poupar esses recursos para o caso de despesas inesperadas. "Por enquanto, será para reserva de emergência, mas não sei se será quando tiver com o dinheiro na mão", afirma. "Pode dar vontade de gastar, comprar uma coisinha melhor, uma marca melhor de alimento."

Ela conta que no supermercado muitas vezes opta pela marca mais barata, mas não descarta, agora, a possibilidade de fazer um upgrade de marca, principalmente de iogurte e cereais matinais que compra para as filhas.

Fábio Queiróz, presidente da Associação de Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj), que reúne 400 associados com mais de 2 mil lojas no Estado, diz que, com o valor extra, vai haver aumento de vendas para pessoas das classes C, D e E. Historicamente, segundo ele, quando há aumento de renda para o público dessa faixa, mais da metade do incremento é gasto no supermercado.

Procuradas, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a Associação Paulista de Supermercados (Apas), a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e a Abrafarma (representante das farmácias) não se manifestaram até o fechamento desta reportagem.

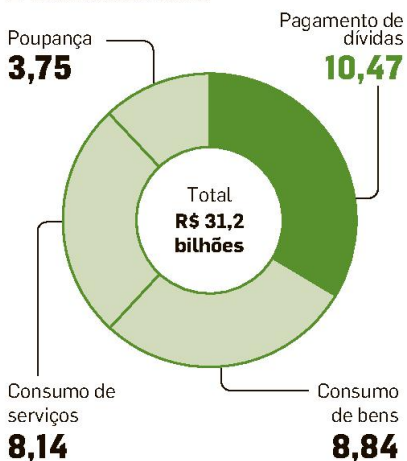
**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## A FATIA DE CADA UM

**Isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês vai injetar recursos na economia do País**

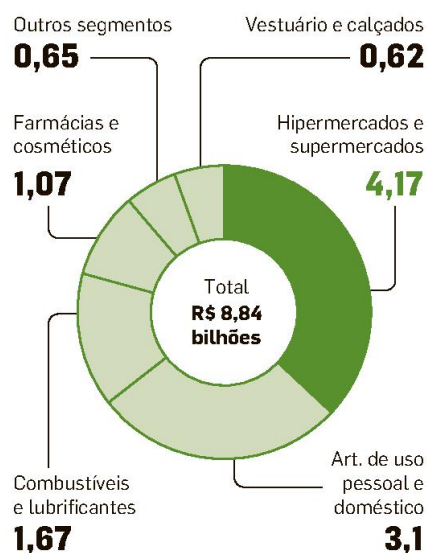
**Qual deve ser o destino da sobra de dinheiro por conta da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil em 2026**

EM BILHÕES DE REAIS



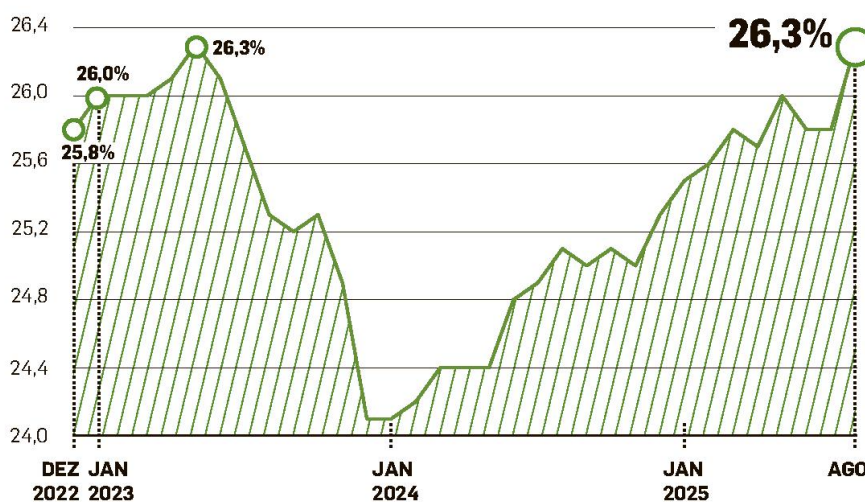
**Como serão distribuídas as vendas por segmento de bens de consumo em 2026**

EM BILHÕES DE REAIS



## Nas alturas

**Evolução do comprometimento da renda das famílias, excluindo crédito imobiliário\***



\*DESSAZONALIZADO

FONTES: CNC E BCB / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# "Estímulos como isenção de IR desafiam corte da Selic"

**Roberto Secemski**

Além do mercado de trabalho aquecido e da inflação de serviços resistente, uma série de medidas governamentais darão fôlego extra à atividade em 2026 e impõem um desafio adicional para o Banco Central iniciar o ciclo de afrouxamento da Selic, a taxa básica de juros. A avaliação é de Roberto Secemski, economista-chefe para o Brasil do Barclays, que continua a esperar o primeiro corte a partir de março.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O sr. elevou a estimativa para alta do **PIB** em 2026, de 1,7% a 2%, devido principalmente a políticas fiscais ex-pansionistas. Como o quadro de atividade mais resiliante e política fiscal mais frouxa afeta os próximos passos para a política monetária?

O principal ponto é que não são apenas medidas fiscais, é uma combinação de programas de caráter mais expansionista que se materializam ao longo dos próximos trimestres. Levantamos ao todo R\$ 225 bilhões no ano que vem que poderiam de alguma forma adentrar a economia: um impulso relevante de crédito habitacional, seja via Minha Casa, Minha Vida ou Sistema Financeiro Habitacional (SFH), inclusive agora com o programa Reforma Casa Brasil, com linhas subsidiadas, e a isenção do Imposto de Renda (IR) para salários de até R\$ 5 mil - que, ainda que seja fiscalmente neutra, não é neutra do ponto de vista de consumo -, entre outras iniciativas do governo. Tudo isso sugere uma sustentação da economia que pode ser relevante e mantém o **PIB** rodando acima de seu potencial por mais algum tempo. Esse número de R\$ 225 bilhões impressiona, e há uma dificuldade em medir quanto se traduz em impulso à atividade, mas tudo isso sugere um ambiente em que parte do esforço da política monetária seguirá neutralizado, de certa forma, por iniciativas de cunho expansionista, o que enseja espaço relativamente pequeno para redução dos juros.

Quão pequeno é esse espaço que o sr. menciona?

Eu projeto 2,25 pontos percentuais de corte da Selic no ano que vem, começando em março e indo até setembro, o que considero um ciclo de afrouxamento restrito. As condições monetárias em geral seguirão apertadas, com transmissão para a atividade nos

próximos trimestres, então há fatores que apontam em direções diferentes atuando sobre a atividade econômica.

Além destas medidas com efeito positivo na atividade, há outros fatores que impedem um corte antes de março e redução maior da Selic?

É incontestável que a atividade econômica e a inflação têm evoluído na direção esperada da política monetária. A questão é se estão enfraquecendo mais rápido do que o esperado. Acho que, para justificar um adiantamento de planos de corte, não. Quando olhamos a atividade em detalhes, a desaceleração não está sendo acompanhada de enfraquecimento do mercado de trabalho. Há sinais tênues de que um ponto de inflexão está próximo: a taxa de desemprego deixou de cair, mas não está subindo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Receita para não reduzir juros - HENRIQUE MEIRELLES

**HENRIQUE MEIRELLES**

Como é comum no Brasil, há novamente pressão do governo para que o Banco Central reduza os juros. Estamos a menos de um ano da eleição e uma redução na Selic leva em torno de seis meses para surtir efeito na atividade econômica, portanto é normal que a ansiedade do mundo político se manifeste. Mas isso é improdutivo. Já escrevi aqui e repito: nada melhor para evitar a queda dos juros do que pressionar o BC a reduzir os juros.

Digo isso com conhecimento de causa. Em 2003, quando assumi o Banco Central, elevamos os juros em 0,5 ponto percentual na primeira reunião porque as condições exigiam. Um ministro disse que o presidente Lula ordenaria um corte na próxima oportunidade. Na reunião seguinte, elevamos os juros em 1 ponto percentual. Autoridades monetárias vivem de independência e legitimidade diante do mercado, portanto não podem hesitar.

Em fevereiro, quando o Co-pom elevou a Selic em um ponto percentual, escrevi que isso não apenas era necessário diante do quadro na ocasião, como era importante para o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para demonstrar independência em relação ao governo. Galípolo era visto pelo mercado como próximo ao presidente Lula, o que poderia dificultar seu início de mandato. A gestão de Galípolo passou no teste.

Amanhã, terça-feira, quando for divulgada a ata da reunião do Copom, saberemos detalhes da decisão - acertada - de manter os juros em 15% ao ano. As razões são claras: **inflação** ainda acima da meta no horizonte relevante, **desancora-gem** das expectativas e incertezas externas e internas - nessa área, a política fiscal expansionista é o problema.

Um detalhe importante é que o Copom deixou claro que o atual nível dos juros parece ser suficiente para trazer a **inflação** para a meta de 3% ao ano - o que significa que não há motivo para novas elevações da Selic. É um fator positivo, sinal de que a política monetária está fazendo efeito, apesar de a política fiscal atuar na direção contrária.

Caso o governo adote uma política fiscal menos expansionista, estarão dadas condições para o BC

reduzir os juros. Portanto, não é a pressão política que criará essas condições econômicas favoráveis - e, sim, uma redução no gasto público, com o fortalecimento do arcabouço fiscal. Seria desastroso para todos se o BC cedesse à pressão e reduzisse os juros na marra. O prejuízo para o País seria maior e por um prazo muito mais longo do que o esforço para reduzir a **inflação**. Graças a nossos avanços institucionais, o Banco Central é independente e resistente a pressões.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Desequilíbrio fiscal esvazia Bolsa de Valores (Editorial)

A falta de compromisso firme do governo com o equilíbrio fiscal tem consequências negativas em toda a economia. A mais imediata é a **inflação**, resultado da falta de confiança que se dissemina pelo mercado. O Banco Central (BC) é então forçado a subir os juros, com isso impõe um freio ao crescimento econômico e à geração de empregos. Quando os juros ficam altos por muito tempo, os efeitos são perniciosos. Na semana passada, mais uma vez a taxa básica de juros, a Selic, foi mantida em 15% anuais. Descontada a **inflação** -em tomo de 5,2% ao ano -, o juro real se aproxima de 10%, desempenho que tem garantido ao Brasil há um bom tempo lugar no pódio dos juros mais altos do mundo.

A persistência dos juros altos provoca distorções no mercado financeiro. Ao garantir ganho superior a qualquer investimento, os títulos de renda fixa emitidos pelo governo -dívida pública -ou por empresas -dívida privada -se tomam bem mais atraentes para o investidor do que apostar o capital em ações. O resultado desse movimento na direção da renda fixa tem sido o esvaziamento da Bolsa de Valores.

Há quatro anos novas empresas não abrem o capital na Bolsa B3 ou promovem movimentos de lançamento de ações para captar recursos. Ao contrário, tem havido fuga do mercado acionário. Como o preço das ações está baixo diante do potencial de gerar dividendos, muitas empresas têm aproveitado para fechar o capital. Recompram as próprias ações e abandonam a Bolsa. Neste ano, até agora, nove fizeram isso. Nos últimos quatro anos, foram 36. Nem sempre se trata de decisão estratégica. Algumas recompram as ações apenas pela oportunidade financeira.

Pode parecer paradoxal que, com o esvaziamento, o índice da B3, o Ibovespa, venha batendo recordes sucessivos. Mas só na aparência. Como há menos ações em negociação, as empresas têm adotado políticas generosas de distribuição de dividendos, aumentando seu poder de atração. E a migração do capital para a renda fixa torna o preço das ações convidativo. Por isso há tanto investidor estrangeiro aproveitando o momento para comprar ações, e o Ibovespa não para de subir.

O índice preço/lucro (PL) da B3 está em 8,8, segundo a chefe de pesquisa econômica do Santander, Aline

Cardoso -isso significa que o investidor levaria pouco menos de nove anos para obter de volta o que aplicou na ação por meio dos dividendos. De acordo com ela, o PL dos últimos dez anos é de 11. Negócios têm sido fechados abaixo da média histórica. Receber mais rápido pode favorecer o investidor, mas é sinal de mercado depreciado. O PL baixo é pior para as empresas, obrigadas a dar desconto para captar. No robusto mercado americano de ações, o PL é de 22.

E indiscutível que o desequilíbrio das contas públicas, responsável pelos juros altos, sufoca por tabela o mercado acionário. Não se trata apenas de uma fonte importante de financiamento de empresas em toda economia que se preze, mas sobretudo da forma mais justa de alocar recursos aos projetos mais relevantes para o futuro. Além disso, as empresas de capital aberto são obrigadas por lei a cumprir normas de transparência e governança que contribuem para melhorar a gestão, com efeitos indiretos no mercado de trabalho, no meio ambiente e na sociedade como um todo. A piora na qualidade do capitalismo brasileiro é mais uma consequência da falta de compromisso do governo com a responsabilidade fiscal.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Economia com Bolsa Família financiará renda mínima

**Sofia Aguiar e Jéssica Sant"Ana De Belém**

O governo Luiz Inácio Lula da Silva vai aproveitar a folga orçamentária que está sendo gerada com os beneficiários que estão deixando o Bolsa Família (BF) devido ao aumento de renda para fazer algumas reestruturações no programa. O objetivo é garantir que nenhuma família receba menos de R\$ 218 per capita (por pessoa), o equivalente a US\$ 40. Esse valor em dólares vem sendo considerado como padrão internacional para que um indivíduo saia da situação de pobreza.

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, afirmou que a gestão estima economizar em torno de R\$ 4 bilhões a R\$ 6 bilhões em 2026 com as famílias que deixarão o programa. "Parte desse recurso a gente quer trabalhar [nas melhorias do BF]", disse em entrevista ao Valor, em meio às reuniões da Cúpula do Clima de Belém, evento que antecede a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

Atualmente, cerca de 900 mil famílias estão na regra de proteção e devem deixar o programa no próximo ano. Essa regra prevê que beneficiários que ultrapassarem o limite de renda de R\$ 218 per capita poderão seguir no programa por até 12 meses, recebendo 50% do valor do auxílio, desde que não ultrapassem um novo teto de R\$ 706 por pessoa da família. Após o período de 12 meses, as famílias são desligadas.

Há, ainda, aquelas famílias que aumentam a renda de tal forma que superam o teto de R\$ 706 per capita e, portanto, deixam o programa sem nem frequentar a regra de proteção. "À medida em que a economia cresce, há mais emprego, mais pessoas abrem seu pequeno negócio e saem da pobreza", afirma o ministro. A estimativa de economia vem tanto do caso dessas pessoas quanto das famílias que são desligadas após concluírem a transição da regra de proteção.

O valor economizado deverá ser usado em 2026 para garantir que todas as famílias do Bolsa tenham uma renda mínima de US\$ 40 per capita, ou R\$ 218, de forma a aproximar o programa do conceito de "renda básica de cidadania". "Estamos estudando transformar

o Bolsa Família numa renda básica da cidadania, ou seja, com valor mínimo per capital em torno de US\$ 40", afirmou o ministro. O artigo primeiro da lei que recriou o BF, em 2023, estabelece que o programa "constitui etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania".

Ideia é garantir que famílias recebam ao menos US\$ 40/pessoa"

- Wellington Dias

Dias comentou que o seu ministério observou que famílias acima de quatro pessoas e sem crianças têm recebido, em média, R\$ 142 per capita, ou seja, abaixo dos US\$ 40. Por isso a intenção de criar um complemento para garantir que ninguém receba abaixo desse padrão internacional. "Aqui, talvez, haja necessidade de uma complementação", explicou.

O complemento de renda para quem recebe abaixo de R\$ 218 per capita seria pago, segundo Dias, com a folga orçamentária que será gerada com as pessoas que estão deixando o programa. Dias afirmou ao Valor que não há intenção de aumentar o orçamento do programa para o próximo ano, projetado em R\$ 158,6 bilhões, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026.

Também não há previsão de reajustar o valor do benefício. "Com a estabilidade do câmbio e até valorização do real frente ao dólar, não há essa necessidade. As famílias estão recebendo, em média, R\$ 750, ou seja, R\$ 250 por pessoa. Então, esse valor está bem acima do mínimo que se deve pagar que é 40 dólares per capita", argumenta o político. "Outro motivo é que a **inflação** está estabilizada, inclusive com queda no índice de alimentos".

Também não há expectativa de pagar um 13º aos beneficiários, como já foi feito no passado. "O Bolsa Família não é salário. E toda a orientação científica é para não cometer o erro de transformar o Bolsa Família nem em salário e nem em complemento salarial."

O ministro está em Belém para participar dos eventos no âmbito da COP30. Na semana passada, ele participou do segundo dia da Cúpula de Líderes do

Clima, na sexta-feira (7). Dias contou que teve uma reunião com a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Dilma Rousseff, em que propôs uma parceria com o banco para alavancar recursos para o programa "Acredita", voltado para a concessão de crédito a micro e pequenos empreendedores.

De acordo com Dias, foi proposto que o NDB aportasse recursos com o Banco do Nordeste para qualificar os trabalhadores. Foi sugerido, ainda, que a parceria se estenda também à Caixa Econômica Federal e ao Banco da Amazônia, devido ao fato de a Amazônia ser a região mais pobre do Brasil hoje. A partir disso, Dias contou que Dilma demonstrou simpatia com a ideia e autorizou a equipe do banco a estudar o caso e estabelecer valores.

A previsão é que a finalização da proposta seja feita entre novembro e dezembro, com a perspectiva de dar início à operação já em 2026. O ministro afirma que, até o momento, já foram financiados pelo "Acredita" R\$ 11 bilhões. "A demanda é grande. Em tese, planejamos ver se alcançamos R\$ 20 bilhões até 2026 de financiamento", disse.

O programa prevê R\$ 500 milhões em crédito às famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade inscritas no CadÚnico (Cadastro Único para programas sociais do governo federal), trabalhadores informais e também pequenos produtores rurais com atuação junto ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Os recursos são do Fundo Garantidor de Operações (FGO) do programa Desenrola.

Na entrevista, o ministro também comemorou a declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas, que foi adotada na última sexta-feira com o endosso de 43 países e da União Europeia. Aprovada por ocasião da Cúpula de Líderes, o texto trata sobre o enfrentamento simultâneo da pobreza, da fome e da emergência climática. O texto chama atenção para o fato de que o impacto adverso das mudanças climáticas, embora afete a todos, é desigual e atinge mais fortemente os países, populações e comunidades mais pobres e em situação de vulnerabilidade.

"Agora, vamos trabalhar até dia 20 [penúltimo dia da COP30] sobre como vamos implementar no Brasil e em cada país", comentou o ministro.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251110>

# Aumenta a rotatividade de CEOs no setor de varejo

**Jacilio Saraiva Para o Valor, de São Paulo**

Quase um terço (32,4%) das principais varejistas brasileiras trocou de CEO entre 2021 e 2025. A taxa média anual de turnover no setor alcançou 7,5% no período, percentual considerado alto por especialistas em recrutamento. Os anos de 2023 e 2025 registraram os maiores picos de rotação de executivos, com 8,8%, ante a menor taxa verificada, de 5,9%, em 2021.

O varejo de supermercados foi o campeão de mudanças de comando, com um índice de 66,7%; seguido por atacarejo e eletroeletrônicos (50%), moda e calçados (35,7%). Em contrapartida, farmácias e drogarias (23,1%) e o atacarejo de construção (22,2%) mostraram uma maior estabilidade no alto escalão.

A análise faz parte de um levantamento da Flow Executive Finders, consultoria especializada na seleção de executivos do C-level, adiantado para o Valor. A pesquisa, finalizada em setembro de 2025, abrange dados dos últimos cinco anos e ouviu 102 empresas do varejo no Brasil, sendo 65% de capital fechado e 35% de capital aberto em dez ramos do comércio, como alimentação (33,3%), moda e calçados (13,7%), farmácias e drogarias (12,7%), petshops (9,8%) e construção (8,8%).

"Os dados representam um movimento de renovação nas lideranças do varejo", avalia Luiz Gustavo

Mariano, sócio da Flow Executive Finders. "Destacam uma rotatividade muito maior em companhias abertas [47,2% promoveram ao menos uma troca de CEO no período], do que em organizações familiares [23,3%]", observa.

O tempo médio de permanência no cargo aponta 5,6 anos nas empresas abertas, contra 12,7 anos nas companhias fechadas. Mariano diz que as corporações listadas em bolsa são mais cobradas por investimentos, estratégias de inteligência artificial (IA), produtividade e interação com clientes, do que as marcas fora dos pregões. "Como consequência, acabam sendo 'vitrines' de talentos", comenta.

Os CEOs de organizações listadas também atuam sob o monitoramento de investidores e conselhos, explica. "Essa dinâmica cria ciclos de liderança mais curtos e decisões orientadas a resultados imediatos", compara.

"Já nas companhias de capital fechado, há mais espaço para estratégias de longo prazo e construção de legados, o que reduz a rotatividade dos líderes."

Ao mesmo tempo, ele diz que o "vai-vem" dos CEOs acontece em uma época peculiar do varejo. O setor está exposto a cenários desafiadores, como o custo do crédito pessoal, que dificulta o crescimento das vendas; juros elevados, que travam investimentos; além da **inflação**, que pressiona a rentabilidade das negociações com os fornecedores, também estressados pelas condições adversas do mercado, aponta.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), as vendas do setor cresceram 0,2% em agosto, na comparação com julho. No comparativo com agosto de 2024, o crescimento foi de 0,4%. No acumulado de 2025, o varejo soma alta de 1,6%, enquanto nos últimos 12 meses o ganho é de 2,2%, a menor taxa verificada desde janeiro. A próxima aposta do setor é a Black Friday, data anual de promoções, que ocorrerá em 28 de novembro.

"Também vivemos um momento de transformação digital, com novos entrantes no setor, rompendo a forma como o cliente se relaciona com as empresas", alerta. Nesse contexto, a recomendação de Mariano para executivos convidados para assumir como CEOs é conhecer qual a expectativa do empregador, a fim de alinhar planos e conseguir realizar as entregas. "Entre as competências fundamentais estão dominar, com profundidade, aspectos como investimentos e custos associados; saber reconhecer a hora de crescer, de ter eficiência e de privilegiar as margens [de lucro]", diz. Do lado das varejistas, identificar o perfil correto do gestor para a fase do negócio pode fazer a diferença nos resultados mensais.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251110>

# Compensação - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Até quando os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) irão sofrer com a maldade insofismável praticada com a redução de seus proventos? Já se passaram 34 anos que uma decisão injusta foi aplicada aos segurados contribuintes-beneficiários do Sistema, prejudicando perversamente milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros. O ato praticado há mais de três décadas - não podemos deixar de mencionar, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello - deixou um rastro negativo e de proporções inconcebíveis aos que ao saírem do mercado de trabalho, almejavam se aposentar para o gozo de uma vida digna e saudável, pois contribuíram financeiramente para receberem a compensação pelo trabalho realizado.

## REIVINDICAÇÃO

A compensação que os segurados do **INSS** reivindicaram, repetimos, não é favor e sim direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil, quando consagra o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real.

A reivindicação que fazem é para corrigir o malfeito e uma questão de justiça social. Não é concebível que cidadãos e cidadãos brasileiros, cumpridores de suas obrigações e deveres para com o Estado, sejam penalizados, injustificadamente, por erros cometidos há mais de três décadas.

## CORREÇÃO

A propósito, a correção desse malfeito contra aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, está prevista no Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões e que aguarda decisão dos deputados federais, há quase duas décadas, precisamente 17 anos. Pelo que observamos, os nossos representantes na Câmara Federal estão insensíveis às reivindicações dos aposentados e pensionistas, mesmo sabendo que tais reivindicações já foram aprovadas por unanimidade no Senado Federal em 2008 e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da própria Câmara em 2009. Aguarda-se um desfecho favorável ainda nesta legislatura.

Que nos ouçam os atuais deputados federais.

## RECURSOS

Os recursos financeiros para corrigir os proventos das aposentadorias e pensões existem e estão contabilizados na conta **Seguridade Social**, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: "A **seguridade social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". O financiamento da **Seguridade Social** será de toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante os recursos orçamentários definidos no artigo 195, incisos e parágrafos. Portanto, não há como se alegar falta de recursos para reajustar corretamente os proventos das aposentadorias e pensões.

## DISCRIMINAÇÃO

A discriminação não pode nem deve existir entre os segurados do **INSS**, pertencentes ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), vinculados à **Seguridade Social**. O reajuste anual tem que ser igual para todos, sem distinção de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e sem preconceitos de origem, conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, principalmente os que contribuíram financeiramente para o Sistema Previdenciário, quando ainda no mercado de trabalho. Este é o motivo para reivindicar o retorno do reajuste anual com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, acabando com o inconveniente causado com aumento maior para quem recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC).

## SAÚDE

"É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços para prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas" (Art. 15 da Lei 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa).

## PRIMAVERA

"Como a primavera, a alegria faz desabrochar as flores

da natureza humana" (São João XXIII).

**Site:** <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>